

INCESTO FRATERO NAS PROPOSIÇÕES PARA UMA REFORMA EDUCATIVA EM MARIE BONAPARTE.

Eixo Temático ET-34 - Violência Sexual infanto-Juvenil e a Interface com as discussões pedagógicas

Sarug Dagir Ribeiro ¹
Paloma Graciano de Carvalho Moura ²

RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar os argumentos de Bonaparte em duas vinhetas clínicas de incestos fraternos à luz das suas proposições de reforma educativa da década de 1930. A fim de atingir esse propósito, ancoramos nossa metodologia no método laplancheano de fazer trabalhar os textos psicanalíticos vertendo deles o descentramento radical do sujeito por meio da afirmação da prioridade do outro e do sexual na constituição psíquica. Para Bonaparte os episódios de incesto fraterno possuem dois desfechos para o desenvolvimento psicosexual, sobretudo, da menina: um benéfico (álgebra da sedução) e outro desastroso (álgebra do abuso). Nossos resultados demonstram que a teoria bonaparteana da profilaxia infantil das neuroses acolhe a possibilidade do incesto entre irmãos de modo menos traumático e até benéfico.

Palavras-chave: Educação; Incesto; Irmãos.

¹ Doutora em Psicologia, pela UFMG. Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins, sarug.dagir@uft.edu.br.

² Psicóloga e Especialista em Psicologia Hospitalar, pela UNIMEP e UNIARA. Psicóloga na Prefeitura Municipal de Palmas - TO, palomapsicopalmas@gmail.com.

Introdução

O incesto fraterno é um fenômeno social que passa por forte repressão social na maioria das sociedades ocidentais (MALINOWSKI, 2013). Diferente do incesto entre um adulto e uma criança, o incesto fraterno costumeiramente ocorre entre pares da mesma idade ou em idades próximas. O incesto fraterno sempre é maléfico? Como o incesto pode ser benéfico? Qual a relação da reforma educativa de 1930 de Bonaparte com o tema do incesto fraterno? Nosso estudo busca responder essas questões.

Para Bonaparte, o incesto fraterno resultaria em dois desfechos: um benéfico para o desenvolvimento psicosssexual da menina que quando mulher (adulta) devido ao aprendizado no episódio incestuoso apresentará ótimo desempenho sexual, sem nenhuma disfunção e trauma; e em outro desfecho, o resultado será desastroso, em decorrência não do incesto em si, mas da educação moral rígida a qual a menina esteja submetida. A problematização dos atravessamentos pedagógicos normativos que perpassam as normas impostas para os gêneros e sobretudo a sexualidade feminina na época dos anos de 1930 será o foco da atenção de Bonaparte.

Esse trabalho será desenvolvido da seguinte maneira: na primeira seção explicitaremos as vinhetas clínicas de incesto fraterno. Na segunda seção, contextualizamos sua proposta de reforma educativa tendo como argumento motivador a profilaxia das neuroses infantis. Na terceira seção expomos a teoria da sedução generalizada e aspectos da repressão por parte dos adultos (pais ou educadores) quando a relação incestuosa fraterna é descoberta.

Metodologia (Materiais e métodos)

Apresentação de duas vinhetas clínicas de incesto fraterno, são elas:

Primeiro caso: Bonaparte (1967) explana uma situação de incesto, numa menina de dez a doze anos de idade que é seduzida por um irmão mais velho, que tinha na época dezoito anos de idade. Esse fato, mesmo depois de sua infância, não impediu que ela continuasse a admirar seu irmão, apesar das sanções familiares e do fato do pai ter

solenemente advertido-a que aquilo era muito terrível. Na ocasião dos episódios de incesto, a menina era envolvida em coitos normais. A criança logo teve reações de satisfações eróticas absolutamente normais. Aproximadamente depois de um ano as relações incestuosas foram descobertas pelos pais, e, então, os jovens são separados e o irmão é enviado para longe. A menina, durante todo o curso da paixão fraternal, não teve a impressão que ele tinha feito alguma coisa de mal, mesmo após as condenações familiares. Quando a menina se tornou mulher e casou-se anos mais tarde, ela tinha com seu marido, uma função erótica clitorido-vaginal normal, permitindo-lhe satisfação no coito. As lições do irmão iniciador não foram perdidas e a sedução precoce não foi desastrosa (BONAPARTE, 1967, p. 188).

Segundo caso: um caso de sedução de duas meninas, uma sendo filha de burgueses que habitavam o primeiro andar de um grande casarão, e outra menina, filha de proletários que moram no mesmo casarão, só que no andar superior, no *rez-de-chaussée* (como dizem os parisienses na *concierge*). A menina do primeiro andar foi submetida a uma educação cuidadosa, moral e severa que fez dela uma moça virtuosa. A menina do *rez-de-chaussée* era deixada livre, corria pelas ruas e vivia na companhia de várias crianças e adultos. A jovem burguesa do primeiro andar, pelo contrário, longe de ter vivenciado os jogos sexuais da infância como uma iniciação, ela foi rodeada de interdições e, portanto, ela passou a condenar a sexualidade a fundo. Ela se recusava a casar, contudo foi obrigada pela família, tornando-se uma esposa frígida, insatisfeita e neurótica. Nunca teve filhos. Enquanto a outra, teve uma vida sexual normal.

Referencial Teórico

Nas primeiras décadas do século XX muitas das crenças do século XIX ainda eram vigentes como que “a masturbação é causadora de sérias perturbações físicas e mentais. [...] leva à redução da inteligência, alucinações noturnas e tendências suicidas e homicidas. Nos colégios, inventam-se métodos para manter as mãos das crianças longe dos genitais” (SEIXAS, 1998, p.74). A masturbação era considerada o protótipo do pecado, do qual se deve esperar todo sentimento de culpa. O masturbador era uma

espécie de monstro, o combate ao onanista e a vigilância quanto à sexualidade infantil se desenrolam por todas as partes da sociedade (FOUCAULT, 1975). As ameaças dos educadores e o peso da repressão à sexualidade foram nas primeiras décadas do século XX muito violentas.

Nessa seara a psicanálise surgiu como tratamento ou profilaxia da neurose. A pressão dos educadores sobre a criança tem o intuito de frear os desejos, colocando outras metas como propósitos de sublimação em objetivos sociais, artísticos ou intelectuais. Os educadores estavam mais propensos a acreditar em poder prevenir a juventude dos perigos da sexualidade. Assim, condenavam em absoluto toda instrução sexual para crianças, colocando-as à aura de virtude e castidade. E nesse sentido a masturbação era o mal maior a ser reprimido, contudo, aprendemos com o texto bonaparteana que uma das premissas da sua reforma educativa é justamente o contrário, ou seja, “libertar a pulsão sexual, que constitui uma parte da herança da humanidade” (BONAPARTE, 1951/1930, p. 163), retirando-a das advertências e das restrições de ordem negativa.

A autora distingue três grandes tipos de agentes de sedução: a sedução maternal, a sedução pelos adultos e a sedução pelos pares. Brevemente, temos o seguinte entendimento: a sedução maternal está relacionada aos cuidados com a higiene do bebê e é de natureza involuntária ou inconsciente. Nos cuidados com a *toilette* as carícias são provedoras essenciais de excitações sexuais na criança, pois ela é “lavada, limpada, acariciada.” (BONAPARTE, 1967/1949, p. 117). Já a sedução pelos adultos é aquela sedução considerada sedução sexual propriamente dita, de natureza intencionalmente, que provoca a excitação direta das partes do corpo da criança, geralmente provocada por adultos pedófilos ou perversos. Na manifestação da sedução pelos pares, os postulados bonaparteanos refere-se aos jogos sexuais entre crianças ou entre irmãos de mesma idade ou idades próximas, geralmente as crianças imitam os jogos sexuais dos adultos e se masturbam mutuamente ou evoluem para o coito completo. Em suma, para o pensamento bonaparteano a sexualidade infantil reside na articulação de três fenômenos preparatórios: a sedução, a masturbação e os devaneios edipianos. E será paralelamente ao tema da sedução, que a autora restaura a imagem da masturbação que era então estigmatizada pelos educadores de sua época.

Resultados e discussão

O sadismo dos educadores é o ponto crucial na reforma educativa bonaparteana, porque é justamente “uma ocasião onde o sadismo dos educadores não devem jamais se exercer: é na repressão a masturbação infantil” (BONAPARTE, 1951/1930, p. 165). Esse é um postulado extremamente inovador, pois nessa época havia uma forte intimidação contra a masturbação. Os argumentos de Maria Bonaparte (1951/1930) sinalizam que essa proibição brutal sufocava brutalmente a sexualidade em sua plena floração, cujas consequências vão desde uma neurose, passando pelos onanistas rebeldes, até a conservação na idade adulta de fixações excessivas a um modo de satisfação libidinal perversa da sexualidade, como os casos extremos de sadismo e masoquismo. E os casos se tornam mais graves clinicamente quando essas ameaças e interdições, geralmente geradoras de muita angústia (BONAPARTE, 1952b), ocorrem no segundo período da masturbação infantil, aquele onde o ato de se masturbar é acompanhado pelas fantasias inconscientes e pré-conscientes recorrentes na fase edipiana (FREUD, 1976a/1924). Desse modo, uma educação menos repressora da sexualidade infantil funcionaria, do ponto de vista bonaparteano, como uma profilaxia às neuroses infantis.

Por outro lado, a clínica da violência sexual infanto-juvenil encontra a necessidade da clínica ampliada, considerando a sua multidimensionalidade (FRANÇA; TANNURE; RABELO, 2018). O abuso sexual perpassa pelo silenciamento das figuras de cuidados no contexto intrafamiliar cujo caráter traumático pode ser acentuado quando a fala da criança e/ou adolescente não é validada pelas mesmas. O incesto fraternal pode ser interpretado de diferentes formas dependendo da cultura familiar. O não-exercício da função materna em situações de vulnerabilidade infanto-juvenil a escuta e o apoio das mães, com o intuito de identificar suas fragilidades emocionais no exercício da maternagem, ligadas à desvitalização das relações de cuidado, representada pela metáfora da 'mãe morta' psiquicamente aos olhos da criança (FRANÇA; TANNURE; RABELO, 2018). Os cuidados parentais precários internalizados determinam a canalização das demandas pulsionais e desejos da criança frente à realidade psíquica. A relação incestuosa fraterna entre crianças é denominada como 'síndrome de João e Maria', que traz consigo o abandono e o desamparo infantil. O

fortalecimento dos vínculos entre eles diante do enfrentamento das necessidades emocionais negligenciadas pode levar a uma ausência de restrições corporais (FRANÇA *et. al.* 2017; 2014). A fragilidade frente às figuras parentais podem ser mitigadas no investimento sexual no irmão escolhido pelos mesmos para recebimento do investimento libidinal.

Considerações finais

A reforma educativa bonaparteana nos permite entender a repressão da sexualidade para muito além de seu sentido tradicional, apontando seus efeitos nefastos. Somos o que somos porque herdamos todas as marcas indelévels da relação com nossos pais, educadores ou mesmo defloradores. Foucault (1988) tempos depois de Marie Bonaparte veio nos mostrar que o sexo e a verdade sobre a sexualidade têm um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista.

Concluimos esse artigo afirmando que um olhar sobre o texto bonaparteano da reforma educativa ampliou e, ao mesmo tempo, modificou aquilo que corriqueiramente compreendemos sobre o incesto fraterno. E o mesmo pode ser fruto de uma álgebra do abuso ou da sedução, trazer malefícios ou benefícios. Os processos de repressão da sexualidade são como uma rede produtiva que perpassa toda a sociedade, indo além de uma instância negativa que tem por objetivo apenas punir.

Referências

Bonaparte, M. (1967). *Sexualité de la femme*. Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1949).

Bonaparte, M. (1952). Les deux frigidités de la femme. In M. Bonaparte, *Psychanalyse et Biologie* (pp. 12-19). Paris: Presses Universitaires de France.

Bonaparte, M. (1951). De la sexualité féminine. In M. Bonaparte, *Introduction a la théorie des instincts*. (pp. 101-110). Paris: Presses Universitaires de France.

Bonaparte, Marie. De la prophylaxie infantile des névroses. In: Bonaparte, Marie. *Introduction a la théorie des instincts. De la prophylaxie infantile des névroses*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951. p138-181. (Obra original de 1930).

Freud, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: Freud, Sigmund. *O ego e o id*. Direção-geral da tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976a. p. 217-228. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).

Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. (C. Berliner e E. Brandão, trans.). São Paulo: Martins Fontes.

Laplanche, J. (1988). Interpretar [com] Freud. In: J. Laplanche. *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. (pp. 21-32). Porto Alegre: Artes Médicas.

Laplanche, J. (2008). Ponctuation: La révolution copernicienne inachevée. In J. Laplanche, *La révolution copernicienne inachevée. (Travaux 1967-1992)* (pp. III-XXXV). Paris : Quadrige / PUF. (Trabalho original publicado em 1992).

Laplanche, J. (2008). Implantation, intromission. In *La révolution copernicienne inachevée (Travaux 1967-1992)* (pp. 355-358). Paris: Presses Universitaires de France.

Malinowski, B. (2013). *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. 3a ed., Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1927).

Tarelho, L. C. (2016). A tópica da clivagem e o supereu. *Percurso*, 56/57, 133-142.

Tarelho, L. C. (2017). O descentramento do ser humano e o realismo do inconsciente na teoria laplancheana. In P. de C. Ribeiro (Org.). *Por que Laplanche?* (pp. 15-49). São Paulo: Zagodoni.

França, C. P.; Tannure, C. da C.; Rabelo, D. P. M.. Desafios do enlace teórico: técnico na clínica do abuso sexual infantojuvenil. *Tempo psicanalítico*, v. 50, n. 2, p. 373-400, 2018.

França, C. P., et. al. (Orgs). (2017). *Ecos do silêncio: as reverberações do traumatismo sexual*. São Paulo: Ed. Blucher.

França, C. P., et. al. (Orgs). (2014). *Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar*. São Paulo: Ed. Escuta.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1:A vontade de saber. Tradução de Marie T.C.Albuquerque e J.A.Guilhon Albuquerque. 13º edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p.